Este documento foi assinado digitalmente por ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, LUIZ HENRIQUE FURLAN, LUIZ EDUARDO DA SILVA ALVES, KIM FAIA e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código 4FC0-3E00-5AA8-9F60.

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E ATTUS PROCURADORIA DIGITAL LTDA.

CONTRATADA	**:**	**ATTUS PROCURADORIA DIGITAL LTDA.**
PROC. ADM.	**:**	Nº 4741/2026
DATA	**:**	23/04/2026
CONTRATO	**:**	Nº 247/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - ART. 74, I, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

Pelo presente instrumento, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**, com sede na Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé n° 2.800, Jardim Esplanada II, Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 44.733.608/0001-09, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO**, brasileiro, casado, dentista, portador do RG nº 54.403.044-8 e do CPF nº 004.111.496-52 e pelo Secretário Municipal de Administração, **LUIZ HENRIQUE FURLAN**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 6.777.311-4 e do CPF nº 610.863.128-72, ora chamada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ATTUS PROCURADORIA DIGITAL LTDA.**, estabelecida na Cidade de São Ludgero - SC, na Rua Padre Auling, nº 150, Centro, CEP 88730-000, Telefone: (48) 3302-1111 / (48) 3302-1133, E-mail: comercial@attus.ai / contabil@elorware.com.br, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 02.108.681/0001-31, neste ato, representada por **ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA**, brasileiro, analista de dados, portador do RG nº 3.227.208-1 SSP/SC e do CPF nº 909.951.049-72, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, fundamentados nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, que vierem a substituir as normas supracitadas, têm entre si justo e contratado o que se segue, e que reciprocamente outorgam e aceitam:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para Fornecimento de até 20 (vinte) licenças de uso mensais para usuários nomeados, não exclusivas, revogáveis, intransferíveis, na modalidade Software como serviço (SaaS), de Solução Tecnológica para gestão e acompanhamento de Processos abrangendo as áreas de Contencioso Judicial e Execução Fiscal com prestação de serviços de implantação, integrações, suporte técnico remoto, manutenção e garantia de evolução tecnológica e funcional, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

1.1.1. As especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Descrição e Valor do Objeto	Serviços Oferecidos
Fornecimento de até 20 licenças de uso mensais (SaaS) da Solução Attus, abrangendo as áreas de Contencioso Judicial e Execução Fiscal, com prestação de serviços de implantação, suporte técnico remoto, manutenção e garantia de evolução tecnológica e funcional. (12 meses)	

Este documento foi assinado digitalmente por ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, LUIZ HENRIQUE FURLAN, LUIZ EDUARDO DA SILVA ALVES, KIM FAIA e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código 4FC0-3E00-5AA8-9F60.

Item	Unid.	Qtde	Descrição	Valor Unit. (R$)	Val Total (R$)
1	Serviço	1	Planejamento e Mapeamento de Fluxos de Trabalho	20.872,00	**20.872,00**
2	Serviço	1	Elaboração e Validação da Proposta de Solução	14.961,00	**14.961,00**
3	Serviço	1	Configuração e Homologação	20.779,00	**20.779,00**
Integrações Iniciais					
4	Serviço	1	Tribunal de Justiça de São Paulo	14.382,00	**14.382,00**
5	Serviço	1	Tribunal Regional Federal da 3ª Região	14.382,00	**14.382,00**
6	Serviço	1	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	14.382,00	**14.382,00**
7	Serviço	1	Domicílio Judicial Eletrônico do CNJ	14.382,00	**14.382,00**
8	Serviço	1	Sistema Infoconv (Receita Federal)	7.877,00	**7.877,00**
9	Serviço	1	Integração Sistema Dívida Ativa	34.900,00	**34.900,00**
Ciclo 1 - Contencioso Judicial					
10	Serviço	1	Treinamento e acompanhamento de uso - Ciclo 1	21.417,00	**21.417,00**
Ciclo 2 - Execução Fiscal					
11	Serviço	1	Treinamento e acompanhamento de uso - Ciclo 2	21.417,00	**21.417,00**
SUBTOTAL DOS ITENS 01 A 11 (R$)				**199.751,00**	

Item	Unid.	Qtde	Descrição	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
12	Serviço	8	Fornecimento de até **20 (vinte)** licenças de uso mensais para usuários nomeados, suporte técnico remoto, manutenção e garantia de evolução tecnológica e funcional.	34.928,00	**279.424,00**
SUBTOTAL DO ITEM 12 (R$)				**279.424,00**	
VALOR TOTAL (R$) PARA 12 MESES				**479.175,00**	

1.2. As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

- 01.04.01.04.1221001.2001.3.3.90.40 - Secretaria Municipal de Administração.

2. DOS PRAZOS E DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

2.1. Os prazos para execução dos serviços observarão o cronograma de implantação, que constitui estimativa inicial para fins de planejamento da execução contratual, considerando o prazo de até 5 (cinco) meses contados do recebimento da nota de empenho para início da implantação, e a tabela de etapas constantes no Termo de Referência, que passa a integrar o presente instrumento para todos os fins, conforme segue:

Este documento foi assinado digitalmente por ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, LUIZ HENRIQUE FURLAN, LUIZ EDUARDO DA SILVA ALVES, KIM FAIA e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código 4FC0-3E00-5AA8-9F60.

SERVIÇOS	MESES *											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Planejamento e Mapeamento de Fluxos de Trabalho												
Elaboração e Validação da Proposta de Solução												
Configuração e Homologação												
Integrações Iniciais												
Ciclo 1 - Contencioso Judicial												
Treinamento e acompanhamento de uso - Ciclo 1												
Ciclo 2 - Execução Fiscal												
Treinamento e acompanhamento de uso - Ciclo 2												

2.1.1. Para a adequada disponibilização do sistema, deverá ser dado início à implantação pela CONTRATADA por meio de reunião remota para abertura do projeto, consolidando o planejamento inicial.

2.2. A CONTRATADA deverá desenvolver, documentar, executar e submeter à CONTRATANTE o planejamento de projeto, em até 10 (dez) dias úteis a partir da entrega da Nota de Empenho, que será avaliado e validado em até 5 (cinco) dias úteis. Sendo necessárias alterações, a CONTRATADA deverá providenciá-las, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

3. DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

3.1. O recebimento provisório ocorrerá com a disponibilização integral do acesso ao sistema, parametrizado de acordo com as orientações da Administração.

3.2. O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação da plena operacionalidade do software, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência, bem como da entrega dos produtos previstos (diagnóstico situacional, relatórios mensais e demais itens listados).

3.3. O prazo para o pagamento será em até 10 (dez) dias, contados a partir da liquidação realizada pela Secretaria ordenadora da despesa e exclusivamente mediante depósito/transferência em conta bancária da **CONTRATADA**. Quando da emissão da nota fiscal, a empresa deverá fazer constar no seu corpo o número da **NOTA DE EMPENHO**, preferencialmente em destaque, sendo que na sua ausência a mesma será recusada.

3.3.1. O pagamento em atraso ensejará a incidência de correção monetária “pro rata” pela variação do INPC/IBGE, juros, também “pro rata dia” de 0,70% (setenta centésimos por cento) ao mês e multa moratória de 2% (dois por cento) após o 10º(décimo) dia.

3.3.2. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à **CONTRATADA**, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Este documento foi assinado digitalmente por ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, LUIZ HENRIQUE FURLAN, LUIZ EDUARDO DA SILVA ALVES, KIM FAIA e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código 4FC0-3E00-5AA8-9F60.

4. DOS NÍVEIS DE SERVIÇO

4.1. A **CONTRATADA** deverá observar, durante toda a vigência contratual, os níveis mínimos de serviço definidos neste Contrato e no Termo de Referência, relativos ao suporte técnico, manutenção, atendimento e disponibilidade do sistema.

4.2. Os serviços de suporte e manutenção deverão ser prestados de acordo com a tabela abaixo, que categoriza o nível de severidade, o impacto na condição operacional da Solução Tecnológica, os prazos previstos para atendimento após abertura de chamado de problemas reportados pelo Contratante, e a expectativa de prazo máximo para a solução do problema, com seus respectivos redutores e prazos de aplicação em caso de atraso na solução do problema:

Nível de severidade	Tipo de severidade	Prazo para atendimento após a abertura do chamado (Horas úteis)	Prazo para solução do problema	Redutor de fatura (Percentual)	Aplicação
UM	Incidentes de indisponibilidade do sistema, para os quais não exista solução de contorno	2 horas	4 horas corridas	0,25%	Por hora ou fração de hora extrapolada
DOIS	Incidentes de indisponibilidade do sistema, para os quais exista solução de contorno	4 horas	3 dias úteis	0,10%	Por dia ou fração de dia extrapolado
TRÊS	Incidentes que não impedem o uso do sistema, mas geram sério transtorno aos usuários	12 horas	7 dias úteis	0,10%	Por dia ou fração de dia extrapolado
QUATRO	Incidentes que não impedem o uso do sistema e não geram sério transtorno aos usuários	24 horas	Prazo acordado	0,10%	Por dia ou fração de dia extrapolado
Orientação sobre utilização do sistema	Atendimento às dúvidas dos usuários internos da Contratante sobre as características e a utilização do Sistema, a configuração de parâmetros e demais requisitos do sistema necessários ao seu funcionamento de	24 horas	6 dias corridos	0,10%	Por dia ou fração de dia extrapolado

Este documento foi assinado digitalmente por ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, LUIZ HENRIQUE FURLAN, LUIZ EDUARDO DA SILVA ALVES, KIM FAIA e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código 4FC0-3E00-5AA8-9F60.

	acordo com a especificação				
Orientação Técnica sobre Acesso e Integração	Atendimento às dúvidas da equipe técnica da Contratante sobre: a) Requisitos técnicos do lado do cliente para acesso e uso da Solução (navegadores, certificados, conectividade); b) Documentação e uso das APIs de integração fornecidas pela Contratada.	48 horas	12 dias corridos	0,10%	Por dia ou fração de dia extrapolado

4.3. A aferição dos níveis de serviço e da disponibilidade global será realizada mensalmente pelo fiscal do Contrato, com base nos relatórios técnicos gerados pelo sistema e nos demais documentos previstos no Termo de Referência, sem prejuízo de verificações adicionais a qualquer tempo.

4.4. O descumprimento de quaisquer dos níveis mínimos de serviço previstos nesta cláusula acarretará a aplicação das penalidades correspondentes, conforme as tabelas acima, além das demais sanções previstas neste Contrato.

5. DA VIGÊNCIA DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

5.2. No ato da prorrogação da vigência, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original.

5.3. Na prorrogação a Contratada deverá comprovar que mantém as condições iniciais de habilitação, e deverá apresentar os seguintes documentos:

5.3.1. **Para Qualificação Econômico-Financeira:**

a-) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo órgão distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em até 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura dos envelopes ou no prazo fixado na certidão, se houver.

Este documento foi assinado digitalmente por ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, LUIZ HENRIQUE FURLAN, LUIZ EDUARDO DA SILVA ALVES, KIM FAIA e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código 4FC0-3E00-5AA8-9F60.

b-) Certidão Positiva para as empresas que estiverem na situação de Recuperação Judicial, dentro do prazo de sua validade, desde que a interessada demonstre seu plano de recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação.

5.3.2. **Para Regularidade Fiscal:**

a-) Certificados de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b-) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, as quais deverão ser apresentadas conforme abaixo especificado;

c-) A regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluída a regularidade junto à Seguridade Social (INSS).

d-) A regularidade Estadual deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos a Procuradoria Geral do Estado (Coordenadoria da Dívida Ativa), devendo compreender os débitos **INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.**

e-) A comprovação da regularidade fiscal municipal deverá ser apresentada através de certidão **relativa a TRIBUTOS MOBILIÁRIOS.**

5.3.3. - Para Regularidade Fiscal Trabalhista:

a-) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.4. Os preços contratuais poderão ser reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

- Data do orçamento estimado: 23 de fevereiro de 2026.

5.5. O índice de reajuste será o índice IPCA publicado pelo IBGE.

5.6. O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pela Contratada.

5.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Este documento foi assinado digitalmente por ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, LUIZ HENRIQUE FURLAN, LUIZ EDUARDO DA SILVA ALVES, KIM FAIA e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código 4FC0-3E00-5AA8-9F60.

5.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. DO VALOR E DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

6.1. O valor total da presente avença é de R$ 479.175,00 (quatrocentos e setenta e nove mil, cento e setenta e cinco reais).

6.2. O preço para execução do serviço e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

6.3. Nos preços indicados deverão também estar incluídas, além dos lucros, todas as despesas de custos, benefícios, tributos e quaisquer outras despesas direta ou indiretamente relacionadas com a execução do objeto deste instrumento, cuja composição dos custos, poderá ser solicitada pela **CONTRATANTE**.

6.4. Os preços poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo, nas seguintes situações:

6.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do Contrato, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.4.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4.4. No caso da repactuação, poderá ser a pedido da Contratada, conforme critérios definidos para a contratação.

6.5. As alterações ou atualização de preços obedecerão às seguintes regras:

I – O preço apresentado não poderá ultrapassar o praticado no mercado.

II – A secretaria gerenciadora poderá conceder aumento do preço, mediante pedido fundamentado da Contratada, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, devendo obedecer ao que se segue:

a-) manter, preferencialmente, a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pela Contratada e o preço de mercado;

b-) considerar o valor solicitado pela Contratada como o máximo a ser concedido para alteração;

c-) poderá deferir valor menor daquele solicitado pela Contratada.

Este documento foi assinado digitalmente por ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, LUIZ HENRIQUE FURLAN, LUIZ EDUARDO DA SILVA ALVES, KIM FAIA e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código 4FC0-3E00-5AA8-9F60.

6.5.1. O indeferimento total ou parcial do pedido de alteração não desobriga a Contratada do compromisso assumido nem exime de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

6.5.2. A Contratada não será liberada do compromisso assumido ainda que os preços de mercado se tornem superiores ao contratado.

6.5.3. O preço poderá ser revisto de ofício pela secretaria gerenciadora em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado ou de fato que eleve o custo do item contratado.

6.5.4. Não havendo êxito nas negociações, a secretaria gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes ou integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou proceder à revogação do item, ou do grupo/lote, ou a rescisão do Contrato, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obter a contratação mais vantajosa.

6.5.5. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, para análise.

6.6. Os pedidos de revisão de preço deverão ser realizados durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

6.7. Os pedidos de revisão de preço deverão ser autuados no Departamento de Protocolo, enviados pelo correio no endereço Av. Fábio Roberto Barnabé, 2800, Jardim Esplanada II, Indaiatuba/SP, CEP:- 13331-900 ou para e-mail: everton.martins@indaiatuba.sp.gov.br.

6.8. Os pedidos de revisão de preço, enquanto não deferidos total ou parcialmente, não isentam a Contratada a dar continuidade às entregas nas condições vigentes.

7. DO(S) GESTOR(ES) DO(S) PREPOSTO(S) E DO(S) FISCAL(IS) DE CONTRATO E FISCAL(IS) DE SERVIÇO

7.1. O(s) gestor(es) do Contrato será(ão) o(s) servidor(es) Luiz Eduardo da Silva Alves, da Secretaria Municipal de Administração.

7.2. O(s) gestor(es) do Contrato será(ão) responsável(is) pelo recebimento dos serviços, que deverão ser entregues no local constante no Anexo I e/ou Nota e Empenho e pela conferência das Notas Fiscais, e, se constatadas irregularidades, serão devolvidas à empresa, que terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para substituir os serviços rejeitados, sob pena de incorrer nas sanções administrativas. Quando da substituição do(s) gestor(es), a(s) secretária(s) gerenciadora(s) assumirá(ão) essa responsabilidade, enquanto não seja efetuada essa alteração por meio de Ofício.

7.3. O preposto da empresa será ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, brasileiro, analista de dados, portador do RG nº 3.227.208-1 SSP/SC e do CPF nº 909.951.049-72, o qual deverá fiscalizar a execução do Contrato, prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, conforme a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores.

Este documento foi assinado digitalmente por ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, LUIZ HENRIQUE FURLAN, LUIZ EDUARDO DA SILVA ALVES, KIM FAIA e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código 4FC0-3E00-5AA8-9F60.

7.4. Como Fiscal(is) do Contrato/Fiscal de Serviço), para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas neste instrumento, será(ão) o(s) servidor(es) Kim Faia, da Secretaria Municipal de Administração.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Das obrigações da contratada:

8.1.1. A prestação de serviço deverá iniciar dentro do prazo de até 01 (um) dia útil após a assinatura do contrato e o recebimento da Nota de Empenho.

8.1.2. A prestação do serviço será demanda livre e de comum acordo entre a **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**.

8.1.3. A empresa contratada deverá realizar o(s) serviço(s) apenas com a autorização do gestor do departamento responsável (assinada e carimbada).

8.1.4. A empresa se obriga a prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Indaiatuba.

8.1.5. Em caso de problemas na execução do(s) serviço(s), a substituição ou reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

8.1.6. A empresa deverá assegurar a plena observância de cumprimento das normas de proteção ao trabalho, inclusive segurança e saúde; erradicação do trabalho análogo à escravidão e trabalho infantil, com previsões contratuais obrigatórias, na forma do art. 2º, inciso I a IV do Decreto Federal nº 12174/2024.

8.2. Obrigações da contratante:

8.2.1 Exercer a fiscalização dos serviços a serem executados através do Fiscal com auxílio da equipe técnica da **CONTRATANTE**.

8.2.2. Prestar aos empregados da **CONTRATADA** informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;

8.2.3. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à **CONTRATADA**;

8.2.4. Caberá à **CONTRATANTE** comunicar ou denunciar imediatamente e por escrito qualquer falha ou deficiência por parte da **CONTRATADA**, sempre que estas ocorrerem.

8.2.5. O Município de Indaiatuba não está obrigado a solicitar uma quantidade mínima de serviços, ficando o seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento para prestação dos serviços.

Este documento foi assinado digitalmente por ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, LUIZ HENRIQUE FURLAN, LUIZ EDUARDO DA SILVA ALVES, KIM FAIA e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código 4FC0-3E00-5AA8-9F60.

9. DA RESCISÃO

9.1. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

9.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.1.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei nº 14.133/2021).

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas no Contrato, poderá a secretaria gerenciadora aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

a) advertência;

b) por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a Contratada constituída em mora, sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6° (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

c) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;

d) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

e) dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

f) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2. O Contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Este documento foi assinado digitalmente por ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, LUIZ HENRIQUE FURLAN, LUIZ EDUARDO DA SILVA ALVES, KIM FAIA e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código 4FC0-3E00-5AA8-9F60.

10.3. A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.4. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

10.5. Aplicam-se, complementarmente, as sanções específicas previstas no Termo de Referência, desde que compatíveis com as normas legais e com este instrumento contratual.

11. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

11.1. As Partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência deste contrato, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

11.2. As Partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução deste contrato, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

11.3. Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

11.4. A **CONTRATADA** declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Indaiatuba como competente para apreciar todas as questões decorrentes do presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo fim.

Indaiatuba, 23 de abril de 2026.

CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE FURLAN
Secretário Municipal de Administração

ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA
Contratada

Gestor(es):
Luiz Eduardo da Silva Alves

Fiscal(ais):
Kim Faia

/Mn

Este documento foi assinado digitalmente por ESIO MENDES DE SOUZA DA CUNHA, LUIZ HENRIQUE FURLAN, LUIZ EDUARDO DA SILVA ALVES, KIM FAIA e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código 4FC0-3E00-5AA8-9F60.